V

(Avisos)

PROCEDIMENTOS JURISDICIONAIS

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Acórdão do Tribunal de Justiça (Primeira Secção) de 11 de abril de 2019 (pedidos de decisão prejudicial apresentados pelo Tribunal Supremo — Espanha) — Repsol Butano SA (C-473/17), DISA Gas SAU (C-546/17)/Administración del Estado

(Processos apensos C-473/17 e C-546/17) ⁽¹⁾

[«Reenvio prejudicial — Energia — Setor do gás de petróleo liquefeito (GPL) — Proteção dos consumidores — Obrigação de interesse económico geral — Preço máximo da botija de gás — Obrigação de entrega ao domicílio — Artigo 106.o TFUE — Diretivas 2003/55/CE, 2009/73/CE e 2006/123/CE — Interpretação do Acórdão de 20 de abril de 2010, Federutility e o. (C-265/08, EU:C:2010:205) — Princípio da proporcionalidade»]

(2019/C 206/02)

Língua do processo: espanhol

Órgão jurisdicional de reenvio

Tribunal Supremo

Partes no processo principal

Recorrentes: Repsol Butano SA (C-473/17), DISA Gas SAU (C-546/17)

Recorrida: Administración del Estado

Sendo intervenientes: Redexis Gas SL, Repsol Butano SA (C-546/17)

Dispositivo

A condição de proporcionalidade prevista no artigo 15.º, n.º 3, alínea c), da Diretiva 2006/123/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006, relativa aos serviços no mercado interno, deve ser interpretada no sentido de que não se opõe a medidas como as que estão em causa no processo principal, que fixam um preço máximo da botija de gás de petróleo liquefeito embalado, e impõem a determinados operadores a entrega ao domicílio desse gás, desde que essas medidas sejam apenas mantidas por um período limitado e não ultrapassem o que é necessário para alcançar o objetivo de interesse económico geral prosseguido.

⁽¹⁾ JO C 382, de 13.11.2017.

JO C 412, de 4.12.2017.